

ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 28-9-2017.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airtto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 105/17 (Processo nº 0985/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Resolução nº 048/17 (Processo nº 2353/17), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Resolução nº 047/17 (Processo nº 2296/17), de autoria de Dr. Goulart; o Projeto de Lei do Legislativo nº 268/17 (Processo nº 2455/17), de autoria de Dr. Thiago; o Projeto de Lei do Legislativo nº 249/17 (Processo nº 2240/17), de autoria de Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 244/17 (Processo nº 2183/17), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 256/17 (Processo nº 2329/17), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 253/17 (Processo nº 2306/17), de autoria de Moisés Maluco do Bem; o Projeto de Lei do Legislativo nº 245/17 (Processo nº 2186/17), de autoria de Reginaldo Pujol; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 026/17 (Processo nº 0381/17), de autoria de Rodrigo Maroni. Também, foi apregoado o Ofício nº 1496/17, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/17 (Processo nº 2557/17). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Clodis Xavier da Silva, associado da Via Pró-Doações e Transplantes, que discorreu sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Aldacir Oliboni, Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, Márcio Bins Ely, João Carlos Nedel e Airtto Ferronato manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e cinco minutos às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 021/17. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, este em tempo cedido por Mauro Zacher, Cassiá Carpes, este em tempo cedido por Mônica Leal, Roberto Robaina, Adeli Sell e André Carús. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 038/17 e os Projetos de

Lei do Legislativo nºs 198, 217, 241, 261 e 273/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 031/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 201, 213 e 225/17, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 076/17, o Projeto de Lei do Executivo nº 023/17 e o Projeto de Resolução nº 046/17. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Via Pró-Doações e Transplantes – ViaVida, que tratará de assunto relativo à importância da doação de órgãos e tecidos. O Sr. Clodis Xavier da Silva, representando a ViaVida, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. CLODIS XAVIER DA SILVA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queremos agradecer a oportunidade de estar aqui falando de um tema de total relevância para a nossa sociedade, também ao Ver. Márcio Bins Ely, Presidente da Frente Parlamentar de Doação de Órgãos e Sangue. A nossa proposta hoje aqui é falar um pouco sobre o nosso projeto social e também fomentar a nossa comunidade e a sociedade para um tema tão relevante como é a doação de órgãos. A ViaVida foi fundada em 20 de junho de 2000 por pessoas da corrente do bem que aderiram à causa da doação e transplantes. A nossa missão é promover a vida, os cuidados com a saúde e a doação de órgãos e tecidos. Temos como objetivo contribuir para a diminuição da lista de espera por órgãos ou tecidos e das pessoas que, por doenças graves, crônicas ou agudas, estão à espera de um transplante - são muitas pessoas no nosso Estado e no Brasil -, também promover e disseminar a doação de órgãos e tecidos, bem como a saúde e seus cuidados. O nosso foco é o incentivo à vida. Perguntamos para a sociedade: Como podemos contribuir para diminuir a nossa lista de espera de doação de um órgão ou tecido? Dia 27 nós comemoramos o Dia Nacional da Doação de Órgãos e ainda no nosso País temos uma fila intensa, em que muitas pessoas vão a óbito porque não temos essa solidariedade das famílias ainda, quando um ente querido falece. Qual a responsabilidade social da VIAVIDA? Esse projeto social hoje dissemina a causa e mantém uma proposta. Acreditamos que podemos contribuir para a mudança cultural sobre a causa da doação de órgãos e tecidos no Rio Grande do Sul. Também procuramos esclarecer à população sobre hábitos de prevenção e cuidados com a saúde. Sabemos que hoje uma infecção, um problema, numa idade madura, pode levar uma pessoa à fila de doação de órgãos. Trabalhamos nas causas diversas que levam novos doentes à lista de espera por um transplante. Mudança de atitude nas pessoas em diversos segmentos sociais e nas diferentes situações envolvidas.

Quem realiza este projeto hoje em Porto Alegre e no Estado? É um grupo de aproximadamente 78 voluntários, no qual eu me incluo – temos seis funcionários hoje – , além de toda a comunidade gaúcha, de multiplicadores da causa; pessoas em listas

também são nossos atores; transplantados, seus familiares e amigos, multiplicando a causa; médicos e demais profissionais da área de saúde e de diversas áreas; empresários e empresas; comunidades escolares, universidades, hospitais, etc.; outras entidades sociais e diversos clubes; organizações públicas e privadas; enfim, um exército de cidadãos, profissionais e voluntários solidários e anônimos e de pessoas muito especiais, doadores e seus familiares.

A Viavida também mantém um projeto assistencial, que é a Pousada da Solidariedade. Hoje nós temos uma casa que acolhe e recebe pessoas do Rio Grande do Sul e do Brasil que vêm a algum hospital público fazer um transplante. Nesse primeiro momento, elas não têm onde ficar abrigadas, não têm recursos financeiros para pagar um hotel ou alugar uma casa. O nosso projeto recebe estas pessoas e as acolhe gratuitamente. Prioritariamente, hoje, nós recebemos mais crianças e jovens. São originários de famílias de baixa renda, que vêm a Porto Alegre de todo o Estado e do Brasil para um tratamento e receber um transplante. Permanecem ali durante algum tempo até um doador ser compatível e as pessoas serem submetidas à cirurgia. Em 17 anos, foram atendidas nesse espaço mais de 2105 pessoas, dentre as quais 61% crianças e jovens.

Todo o atendimento que damos, toda a prestação de serviço já soma 101 mil atendimentos em diferentes áreas que temos hoje na nossa proposta. Temos apoio psicológico, orientação nutricional e apoio pedagógico.

Se os senhores e senhoras têm acompanhado a mídia, vemos várias matérias falando sobre a realidade da doação, das listas de espera. No Rio Grande do Sul, a nossa realidade é bem conflitante. Nós temos 872 pessoas esperando por um rim; 145 por um fígado; 170 por medula óssea; 85 por pulmão; 16 por córnea e 17 por coração. Nós temos que provocar a nossa comunidade para ser mais solidária. Nós temos que informar os nossos familiares de que nós somos doadores. Na nossa rotina de trabalho da casa, nós não simplesmente só abrigamos essa pessoa, nós temos uma biblioteca, nós temos dormitórios dignos, a gente leva essas pessoas para conhecer e interagir com a nossa cidade, enquanto eles passam pelo tratamento até chegar o transplante. São várias atividades conduzidas pelos nossos voluntários. Oficinas também, porque essas pessoas saem da escola, ficam um tempo aguardando, então nós temos oficinas de informática, de artesanato, para que essas pessoas se sintam motivadas, agraciadas, para enfrentar uma cirurgia e todo o pós que acontece. Gostamos de celebrar, sim, temos a nossa festa de Natal, mas, para que tudo isso aconteça, a Viavida tem que ser sustentável. Então, no ano difícil que nós estamos enfrentando, as ações são inúmeras, desde o jantar que a gente faz no União já desde 2004, o chá da Vida, a feijoada, o brechó, o *tour* gastronômico são formas que a gente encontra para captar recursos para manter este projeto. Só o nosso aluguel da casa está em torno de R\$ 6 mil, está se tornando inviável. Muitos parceiros nossos que faziam destinações interessantes na manutenção do ano, em função da crise e resultado das suas empresas, reduziram os seus aportes. Estamos em um momento bem complicado. O brechó é uma outra atividade também que nos traz recursos financeiros. A Viavida também educa, é necessário, e a gente entende que trabalho em conjunto, trabalhar em rede é passar informação, é comunicar, é multiplicar

e disseminar a causa de doação de órgãos no Estado do Rio Grande do Sul, então a gente tem projeto na educação, na assistência, a gente interage muito com os hospitais, com as escolas e universidades, Ministério Público, Poder Público, e isso também se passa por estar hoje nesta Casa. O raio de abrangência, usando a mídia, usando a televisão, usando a rádio a gente tem certeza de que gente pode estar provocando e comunicando um tema tão relevante para a nossa sociedade e complicado ainda de falar, que é a doação de órgãos. A Viavida também se faz presente em vários momentos. Nós participamos de congressos, a gente está sempre buscando atualização, disseminando a causa, usando esses espaços gratuitamente. Então a gente brinca que é no casamento, é no aniversário, até no velório a gente participa falado e disseminando a causa que é tão importante para nós. Também participamos de campanhas. Nós temos a campanha do balonismo em Torres, que é um parceiro forte nosso, a gente sempre leva a temática. Muitas feiras de que participamos, também levando o tema, informando a população, e tudo isso tocado por esse grupo de voluntários falando da causa, falando do problema, falando como a família pode ser um ator importante. O GreNal pela Vida, uma parceria muito importante que a gente tem como o nosso embaixador Renato Borghetti, também comunicando, também levando o tema no espaço que convergem várias pessoas. Saúde no Parque é o espaço em que a gente busca para levar informações concretas para a população. Um evento bastante significativo dentro da Prefeitura de Porto Alegre, já está no calendário, é o Pedalando pela Vida. Nós temos o espaço em setembro, está no calendário da Prefeitura, onde a gente convida atores ciclistas para falar do tema ali na Redenção, eles adquirem uma camiseta, saem pedalando por um percurso que a Prefeitura nos orienta, e é mais uma forma de a ViaVida estar disseminando, sensibilizando à causa e buscando pessoas para a temática. Levamos para a empresa também, palestras de prevenção e também sensibilizando pessoas para serem novos doadores e aderindo à causa. Também pensamos na educação, quer dizer, temos que alertar nas escolas, temos que estar dentro das universidades falando da problemática, falando da causa, falando da temática da doação, que é muito importante e relevante. Mais Saúde é um programa que a gente tenta debater o tema dentro das escolas para mudar a cultura e atingir as famílias. Ações culturais: nós já lançamos livros, nós vamos para a temática de autógrafos, sempre com o viés da prevenção e também da possibilidade de a pessoa se tornar um doador. Temos uma peça de teatro que a gente circula com a temática, temos uma literatura em livro escrita, que é a formiguinha. Na Semana Farroupilha usamos um espaço também para falar com a nossa comunidade, um evento inter-religioso, onde a gente fala para diferentes religiões da problemática, da causa, em como essas pessoas podem estar trabalhando esse tema que é bastante complexo, e ainda tem uma resistência muito grande das famílias quando um ente querido vai a óbito. A Contação de História é um livrinho que foi publicado em parceria, que de uma forma lúdica a gente leva para a criança a possibilidade de entendimento, o que é doação de órgãos. Estou saindo do gabinete do Ver. Márcio Bins Ely e uma colaboradora comentou “o filho do meu vizinho caiu de uma bicicleta com 8 ou 9 anos, não guardei, e foi a óbito. Mas a família se sensibilizou e essa criança salvou oito vidas. Quer dizer, a cada um óbito, eu posso salvar oito vidas – olha que legal.

Num momento de tristeza, essa família se tornou solidária entendeu que o filho poderia estar salvando vidas. E nós temos contação de histórias com esse material, circulando pela Feira do Livrão, usando os espaços que a gente acha que se possa estar levando a informação, levando conhecimento e mudando a cultura. Mas, o que o VIAVIDA oferece aos parceiros? A gente entende, com bastante conhecimento, que o fato de aderir à causa, o fato de estar dentro pousada, estar ajudando essas pessoas que hoje vêm, a gente entende que é um baita exercício de responsabilidade social, mas também não vivemos de ar, precisamos de recursos financeiro. Hoje, nós usamos muito as leis de incentivo fiscais, vivemos elaborando projetos, estamos dentro do ministério da Saúde agora com o Pronas na parte da eficiência e o Funcriança aqui em Porto Alegre é um recurso bastante utilizado, onde pessoas jurídicas e pessoas físicas nos destinam parte do seu Imposto de Renda que a legislação premia, quer dizer, a empresa é debitada com base no lucro real pode ir até 1%; e a pessoa física pode chegar até 6%. Isso é vital para a nossa sustentabilidade, para a manutenção desta pousada, que mantém gratuitamente esse espaço para colher essas pessoas que vêm do Estado e de todo Brasil hoje receber um órgão e ser transplantada. Também estamos com a Nota Fiscal Gaúcha, estamos de coração aberto para receber recursos próprios, com a crise a gente recebe menos, mas agora mingou o nosso caixa. Recebemos também insumos, gente, é remédio, é fralda, é alimento, é roupa para o nosso brechó, mas está acontecendo um fato exitoso aqui no Rio Grande do Sul, também um trabalho do terceiro setor está fazendo e divulgando. Hoje nós temos pessoas não têm herdeiros, não aderiram a nenhuma causa e quando vão a óbito os seus bens vão para o Estado, e não justifica uma causa. Então a gente tem divulgado bastante “busque uma causa, deixe o seu legado, o seu nome lá perpetuando por uma causa”. Então algumas coisas já estão acontecendo, espólios de pessoas que foram a óbito e deixaram para diferentes projetos sociais hoje o seu patrimônio, seus recursos financeiros acumulados. Claro que o nosso bem maior hoje é o nosso grupo de setenta e poucos voluntários que estão há 17 anos à frente dessa causa, brigando, ocupando espaços e batalhando para que essa causa e a cultura de doação de órgãos no nosso Estado, no nosso País seja implementada e seja disseminada.

Agora fazemos uma pergunta: você faz parte do problema ou você faz parte da solução? Já detectamos várias pessoas que estavam distantes do problema e, ou nasceu um filho que precisou de transplante e ele foi para a fila, ou, no decorrer da sua existência neste planeta, em algum momento, ele contraiu uma patologia e foi para a lista de espera. A gente sabe que tem gente que, às vezes, ficou cinco anos esperando um coração e, quase a óbito, apareceu alguém compatível, e hoje essa pessoa está aí, produtiva, produzindo, trabalhando e inclusive abraçando a causa. O que a gente pede, usando esses espaços, e os senhores, nossos gestores públicos, nas suas frentes, as que vocês tocam no nosso Município, é que realmente as pessoas se sensibilizem, as famílias se sensibilizem. A minha família toda é doadora, isso está escrito, é notório. Então, se eu for a óbito – quero durar muito ainda, mas não sei se vou conseguir! –, doem tudo que puderem lá na frente. Reforço: a cada um doador, nós salvamos oito vidas, então a nossa proposta aqui é que essa corrente do bem aumente, que a nossa

causa realmente transcenda e que a gente consiga, dentro de uma sociedade solidária, salvar mais vidas. Obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos o Sr. Clodis Xavier da Silva a fazer parte da Mesa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente Cassio Trogildo, também o nosso convidado da tarde de hoje, o Sr. Clodis Xavier, que representa a Viavida; de fato eu estava no dia do lançamento da Frente Parlamentar presidida pelo nobre colega, o Ver. Márcio Bins Ely, e tive a felicidade de ouvir ali muitos relatos importantes, como o que o senhor acabou de apresentar para nós, hoje, aqui. Quero, em nome da bancada do PT, parabenizar as 76 pessoas, que V.Sa. acaba de citar, que trabalham voluntariamente pelo Viavida, como também os seis funcionários. Percebendo o belo e maravilhoso trabalho que os senhores fazem, nós, como cidadãos e cidadãs, não podemos dizer outra coisa a não ser que também temos que nos agregar a essa campanha de ser um doador e comunicar também à família sobre isso, porque não sabemos o que pode acontecer no dia de amanhã. Então é de extrema importância que o Viavida continue não só promovendo a vida das pessoas, mas, mais do que isso, que as entidades ou cidadãos que podem fazer doação... Eu estava lembrando, quando V. Sa. estava falando, na busca também de recursos públicos, porque, talvez, muitas vezes, essa gratuidade da minha espontaneidade não seja suficiente para poder atender a demanda ou a necessidade da instituição que V.Sa. dirige.

Então, nesse aspecto, nos colocamos à disposição, torcendo para que o Viavida tenha uma longa vida na defesa da vida, porque a gente percebe como é importante para a pessoa que tem a necessidade de receber um órgão, mas ainda mais importante talvez seja o gesto de quem disponibilizou aquele órgão. Isso, para nós, é muito sensível, é muito importante. Que Deus ajude e dê longa vida a vocês! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Sr. Clodis, parabéns, usando o seu nome para todos os colaboradores e associados do Viavida, por esse trabalho tão importante – eu falo em nome da minha bancada, a Bancada do PSOL, portanto, em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna –, por conta desse assunto tão importante. Não basta que nós, indivíduos, tenhamos nos nossos

documentos de identidade a identificação de que somos doadores de órgãos. Se não houver a sensibilização dos familiares, ainda assim não é possível utilizar os órgãos de uma pessoa que veio a óbito para salvar outras vidas. Portanto, esse movimento que vocês fazem de conscientização da sociedade e das famílias é fundamental, é necessário, porque, mesmo que existam órgãos disponíveis, as questões de histocompatibilidade são muito difíceis – é difícil encontrar doador compatível com receptores. Por conta disso, toda a população deveria se engajar nessa luta, que é uma luta de todos, é uma luta por conta da sobrevivência e da permanência digna de seres humanos. Um grande abraço, parabéns pelo trabalho de vocês!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Sr. Presidente; de imediato, quero também já lhe parabenizar pela condução dos trabalhos no dia de ontem. Parabéns! Boa tarde, colegas Vereadoras e Vereadores; um cumprimento muito especial e carinhoso ao Sr. Clodis Xavier da Silva e a toda sua equipe de voluntários, de pessoas de bem. É disso que estamos precisando no mundo: pessoas que se doem um pouquinho, seja em ações, produtos ou com uma parte do seu corpo. Sabemos o quão importante é a vida. Como brigadiana, Coronel da Brigada Militar, fazemos isso o tempo todo: cuidamos da vida dos outros. Vejo que vocês também fazem esse trabalho de outra forma, acalentando pessoas que necessitam de órgãos e dando uma vida nova àqueles que já foram e podem fazer dos seus órgãos a vida de outras pessoas.

Me causou muita sensibilidade essa frase: “Tem gente há tanto tempo na fila para o transplante que o coração está parando de bater.” Isso que temos que lembrar, de sermos caridosos não só quando há necessidade, mas também quando a gente sabe que tem uma fila enorme esperando.

Parabéns pelo trabalho! Conte com a Bancada do PMDB. Falo em nome do nosso Líder Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, Mendes Ribeiro, André Carús e esta Comandante Nádia. Cotem conosco sempre para a divulgação desse belíssimo trabalho. Vida longa a VIAVIDA! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Presidente, saudar o Clodis Xavier com esse belo trabalho da entidade Via Pró-Doações e Transplantes, ViaVida. Quero parabenizar, em nome da nossa Bancada do PP, pela importância desse trabalho: a conscientização. Gostaria de acrescentar que notamos que o doador de sangue também

tem imensa dificuldade. Não tem um canal certo. Nem na carteira de identidade, o que poderia ter. Às vezes, eu me socorro no meu registro do Exército, é o único documento que tem. Imagina quantas pessoas que também não sabem disso. As pessoas que acham que podem doar, não falam para o familiar, não se pronunciam. A solidariedade é a coisa mais importante do mundo. Parabéns, contem com a nossa Bancada.

Além disso, sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, se precisar de alguma coisa a Casa está disposição. Nós, todos os Vereadores, queremos representar, e automaticamente ajudar a conscientizar. Quem sabe um trabalho nas escolas, desde o início começar esse trabalho, porque, às vezes, a pessoa, nunca falaram nada para ela, a família também não falou, não sabe da importância da solidariedade, o tempo vai passando, a pessoa fica adulta e nunca doou e continua não doando. Então, é uma conscientização que se tem que fazer. Parabéns pelo trabalho, contem com esta Casa, com a Comissão, os Vereadores são solícitos com essa reivindicação, à solidariedade. Parabéns pelo trabalho e conte conosco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito boa tarde, Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores, Vereadoras, querido Xavier, também cumprimento a imprensa. O assunto da tribuna popular desta tarde é muito relevante. Destaco a importância da ONG ViaVida, na pessoa do voluntário Clodis Xavier da Silva, também da presidente Maria Lúcia, que nos acompanha e demais colaboradores da entidade, que com suas presenças abrilhantam a nossa Sessão desta tarde. Cumprimento todos os voluntários que mantêm o excepcional trabalho da entidade que luta bravamente para garantir o atendimento e incentivar a doação de órgãos. Agora há pouco eu falava, Ver. Cassiá, sobre o selinho, é o selinho de doador, e está aqui na carteira de identidade. Eu acho muito importante que a gente possa divulgar, que a pessoa tendo este selinho atende ao pré-requisito da lei, e ela demonstra ser um doador, até por que a doação, veja bem que frase de impacto, e essa frase soou lá quando da instalação da nossa Frente Parlamentar de Incentivo à Doação de Órgãos e Sangue, oportunidade que aproveite para agradecer ao Dr. Goulart, que é meu parceiro, vice-presidente da Frente Parlamentar de Incentivo à Doação de Órgãos e Sangue, e o Ver. Oliboni, que é o nosso secretário da Frente, bem como os demais Vereadores que integram, os Vereadores Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Prof. Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein, foram os que firmaram, mas também outros que tenho a certeza que vão se somar aí ao longo dessa jornada.

As instituições e profissionais que atuam no setor são unânimes em alertar que faltam doações para realização de transplantes. Não só de transplantes, mas de sangue, especialmente. Hoje, segundo o Presidente da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos – ABTO – Roberto Manfro, 35 mil pessoas esperam por um transplante no Brasil, e dessas, 1.300 no Rio Grande do Sul. Esses números preocupantes foram apontados pelo doutor em sua participação cerimônia de instalação da Frente Parlamentar em de Incentivo à Doação de Órgãos e Sangue aqui nesta Casa, neste primeiro semestre, desta legislatura que se inicia. Precisamos estimular as doações de órgão e sangue com o objetivo de salvar ou melhorar a vida das pessoas doentes. A educação é importante para desenvolver a confiança nos processos que envolvem as doações e os transplantes. Eu também gosto de trazer algumas frases que, às vezes, pelo seu simbolismo dizem muito, Xavier, uma delas diz assim: “Não leve os seus órgãos para o céu.” Às vezes até para confortar uma família em saber que no peito de alguém bate o coração de um filho querido, enfim, isso é algo que pode ser relevante num contexto de muita tristeza para as famílias. As pessoas têm que entender que precisamos dos órgãos para ajudar outras pessoas e que o processo de doação é seguro para quem doa.

Presidir a Frente Parlamentar em de Incentivo à Doação de Órgãos e Sangue é uma oportunidade que tenho de cumprir a razão para qual fui eleito: ajudar as pessoas a ter uma vida melhor e com mais qualidade. A saúde é o maior bem do ser humano, a vida é o maior bem do ser humano, por isso, em meus 12 anos de mandato como Vereador, elaborei 7 leis relacionadas ao assunto. Atualmente 7 projetos de lei do setor de saúde apresentados por mim estão em tramitação. Por sugestão da ONG Viavida Pró-doações e Transplantes, elaborei a Lei nº 12.110, de 2006, que cria o programa municipal de incentivo à doação de sangue, medula óssea, tecidos e órgãos; também a Lei nº 12.014, de 2016, que inclui o setembro verde como mês de atividades de incentivo à doação no calendário oficial do Município. Seguindo nessa linha de trabalho, coloco-me à disposição de todos para realizar ações e sugerir propostas que contribuam para melhorar o serviço de saúde, principalmente no que diz respeito à doação de órgãos, tecidos e sangue. Aproveito essa ocasião para manifestar o meu reconhecimento às entidades e equipes que trabalham incansavelmente nos setores de transplantes e nos bancos de sangue. Ao mesmo tempo, manifesto a minha admiração pela coragem, força e esperança das pessoas que aguardam por um transplante e também por quem já superou esse enorme desafio e vive com órgão novo. Quero dizer que, ontem à tarde, me ligou o ex-Governador do Rotary, o Werneck. Ele vai receber uma senhora que fez um transplante. Sexta-feira, nós vamos ter um almoço lá no Porto Alegre Norte. Ela recebeu um transplante e, agora, vai ter que receber o transplante da outra metade do pulmão, vai ter que ficar aqui conosco praticamente um ano. Este trabalho da Frente Parlamentar também tem nos demandado esse tipo de ação, além, é claro, do Tour Gastronômico ViaVida. Esta semana, tivemos mais uma edição, em que estivemos presentes. Tivemos a parada, no dia 28 de julho, na rodoviária, com o teste de hepatite. A hepatite é uma doença que, muitas vezes, acaba por ocasionar a necessidade de transplante de fígado.

Quero cumprimentar a ONG ViaVida por tudo que tem feito no sentido da conscientização e do fortalecimento da necessidade da conscientização da importância... Manifesto também a minha admiração pelas famílias que, num momento de uma grande dor, doam os órgãos e os tecidos de um ente querido que perderam. Esse gesto de superação, que permite transformar o sofrimento provocado por uma perda irreparável em solidariedade, possibilita salvar muitas vidas.

Para terminar, agradeço aos amigos da ONG ViaVida pela participação nesta Tribuna Popular e cumprimento os voluntários pelo excepcional trabalho que realizam. Um forte e fraterno abraço da bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo Governo.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu estou muito feliz por receber o Clodis hoje, a quem eu chamo de “guri da solidariedade”, porque onde o Clodis está, ele está fazendo solidariedade, e solidariedade é amor. Eu quero também cumprimentar a Presidente do ViaVida, Lucia Elbern, e a presença do Octávio Augusto de Souza, que é voluntário há muito tempo da entidade. A pauta diz que o Clodis é voluntário. Que nada! Ele é Presidente do Conselho Consultivo da entidade. Aliás, deve ter “n” entidades. Presidente, V. Exa. foi muito importante, porque seguiu o relógio para ele falar um pouquinho mais, porque o assunto dele é extremamente importante. Veio aqui divulgar a importância da doação de órgãos. A gente, às vezes, esquece, e ele disse claramente que um doador salva oito vidas, isso é extremamente importante, isso fala do maior dom, do maior talento que Deus nos dá, que é a vida. E o Clodis promove a vida, defende a vida, e está aqui divulgando a importância da doação de órgãos. Muito obrigado por ter vindo aqui, trazendo a Lúcia e o Otávio de Souza também a nossa presença.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito obrigado, e aproveito para cumprimentar o Ver. Nedel, que é o mais jovem bisavô da atualidade. Parabéns e muita saúde para a família. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Cassio; nosso ilustre visitante Clodis Xavier da Silva, eu também quero iniciar dizendo que estou falando eu meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista, de nós do PSB, e aproveitando também para trazer um abraço ao Ver. Nedel, nosso jovem vovô. Acredito importante a sua presença aqui nesta data, numa reflexão com a vinda da bisneta do Ver. Nedel, a importância da vida, quando o senhor veio falar da vida, da preservação da vida e sobre

aqueles que partem, mas que, antes de partir, tomam esse gesto de preservar a vida humana. Portanto, estamos vivendo um momento importante, deixando-lhe aqui um abraço e agradecendo a sua presença aqui na tarde de hoje. Um abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Ferronato. Estamos chegando ao final desta Tribuna Popular, agradecendo a ViaVida Pró-Doações e Transplantes, em especial o Sr. Clodis e a diretoria que o acompanha. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h56min): Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 2307/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/17, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018. **Com Mensagem Retificativa nº 01. Com Emendas nºs 01, 02 e 03.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há quem queira discutir a Pauta Especial.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e todas. Estamos vivendo aqui o dia seguinte, ou melhor, o mesmo dia, foi à 1h20min da manhã, estão estamos no mesmo dia em a Câmara rejeita, por uma grande maioria de votos, o projeto do reajuste da planta do IPTU, ou como quiserem chamar, alguns chamaram de aumento de imposto. Eu fiz uma fala aqui, representando a bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, Ver.^a Sofia Cavedon, quase ao final da votação, e gostaria de repeti-la de uma certa forma, não com as mesmas palavras, mas trazendo a mesma ideia. Ao longo da discussão e votação de ontem, que começou às 9h30min da manhã, eu não saberia dizer o percentual, mas, com certeza, a grande maioria das falas da tribuna pronunciava o nome do Partido dos Trabalhadores. Eu não fiz o cálculo, mas, com certeza, o PT e a sua posição estavam no centro do debate, talvez justamente porque a ideia da progressividade das alíquotas, que nós defendemos há mais de trinta anos, antes mesmo do Estatuto da Cidade, e a progressividade no tempo para coibir os vazios urbanos e a especulação imobiliária são um tema sempre defendido e tentado implementar na Cidade desde as gestões do Governo Olívio Dutra, que começou em 1989; e nas gestões das administrações populares que se seguiram. Portanto, nós desde a semana passada, fizemos um debate, um exercício coletivo, partidário, e acho que esse é um ponto importante, é importante que nós exercitemos aqui o fortalecimento das instituições. Não serve para a democracia a ideia de que eu sou um partido e faço como quiser. Isso confunde o eleitor. O eleitor não sabe, ao votar num Vereador ou num parlamentar, qual é a sua posição, porque ora ele pode estar aqui ora pode estar ali. Nesse caso, nós tivemos um Diretório Municipal, a instância máxima do PT, no domingo à noite, e tiramos uma posição muito clara. Apesar de ser apresentado por um Governo desastroso, para dizer o mínimo do Governo Marchezan, essa proposta foi criada, apresentada, elaborada por técnicos da Fazenda e trazia, com muitas falhas, mas trazia um pouco mais de justiça na nossa Cidade.

Portanto, nós, com autorização do Diretório e abalizados pelo Diretório, tínhamos duas emendas: uma emenda que acabou se transformando em uma subemenda para taxar os imóveis de valor mais alto, que não estava previsto no projeto original, e uma emenda que tratava de coibir os vazios urbanos da Cidade. Vejam, os vazios urbanos da Cidade não são uma pauta de esquerda, mesmo aqueles que defendem um desenvolvimento, no seu sentido da palavra, desenfreado, ter ali um terreno na área central – e foi muito boa a fala do Ver. Prof. Alex ontem à noite. Não era previsto, logicamente, coibir os vazios urbanos na zona fiscal 3, que é a região da periferia da Cidade, ali não se trata de vazio urbano. O vazio está nas regiões centrais da Cidade, logicamente.

Portanto, ter um terreno ali que está parado, está esperando para valorização, por conta do seu proprietário, que não o edifica, não parcela, não dá uma finalidade social, é ruim até para o entorno.

Então, não se trata de uma pauta de esquerda, se trata de uma questão de visão de Cidade, de ocupação dos espaços, do uso misto dos espaços e assim por diante.

Então, nós tínhamos uma posição muito clara, pública. Comentamos aqui, talvez muitos Vereadores nem acreditavam nisso, eu fui perguntado sobre qual era a nossa posição. Nós temos duas emendas, queremos aprová-las. Não são emendas para beneficiar o PT, o contexto que foi levantado aqui, parecia que nós tínhamos, Ver. Oliboni, feito um acordo com o Governo. É uma distorção dizer que foi acordo, o nosso objetivo é aprovar as duas emendas, e falávamos isso abertamente. Em aprovando as emendas, votaríamos a favor do projeto. As emendas não foram aprovadas, votamos contra o projeto. É simples assim, é de uma clareza e de uma nitidez ideológica e política que faz bem à democracia. Estou fazendo um autoelogio aqui, mas para dizer que os partidos também deveriam ter ideologias e saber os posicionamentos corretos, concretos.

Agora, deixar para tomar a decisão... É claro que, muitas vezes, não se trata de ter, mas de identidade ideológica clara e, obviamente, podemos mudar de opinião. Mas nesses temas em que o partido já foi Governo na Cidade, já os defendeu, as vezes que tentou, antes da implementação do Estatuto da Cidade, foi derrubado judicialmente. Ou seja, era um projeto nitidamente – estou falando aqui da progressividade das alíquotas e do IPTU progressivo no tempo – defendido por nós.

Portanto, mantivemos a coerência, se havia alguma contradição, era justamente da própria base do Governo do Prefeito que apresenta projeto nesse sentido.

Então, está com vocês a explicação do porquê o Prefeito apresenta um projeto – estou falando para os da base do Governo – contra o que eles mesmos defendem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, venho hoje aqui, com um pouco mais de tranquilidade – ontem terminou a Sessão a 1h30min –, como a Bancada do PDT só tinha direito a uma inscrição para encaminhar a votação do projeto, fazer as minhas considerações relativas às conclusões daquilo que ontem foi enfrentamento do debate em relação à progressividade, ao aumento do IPTU, à nova planta de valores, com a tranquilidade do entendimento de que prevaleceu aqui a vontade da maioria e que efetivamente, naquelas condições, nos moldes do que estava sendo proposto, não era possível que se aprovasse o projeto. Tendo em vista que hoje era o prazo para fazer o encaminhamento, para que a lei pudesse valer para o ano que vem, então este assunto não deve retornar mais ao Legislativo, pelo menos. Acredito que a decisão da maioria da Câmara foi acertada. Manifestou-se aqui, em nome da Bancada do PDT, o Ver. Mauro Zacher; em outras oportunidades, no debate das emendas, o Ver. João Bosco Vaz; também dei a minha contribuição sobre os entendimentos a respeito da

oportunidade, de ser oportuno ou não, que fizéssemos a revisão da planta ou, mais didaticamente falando, que apreciássemos este que seria um reflexo de um aumento de IPTU para a cidade de Porto Alegre, para o cidadão porto-alegrense. Numa compreensão, no entendimento de que efetivamente não só os proprietários dos imóveis mas também aqueles que locam os imóveis, portanto a grande maioria da população, ou por ser dona, proprietária, ou por ser, no caso, inquilino, acabam por ter que pagar o IPTU. No formato proposto, acredito que tivemos oportunas emendas que também douraram a pílula, daquele entendimento inicial, de que realmente estava desproporcional no nosso entendimento, mas, apesar do esforço, da compreensão, da colaboração de muitos aqui, efetivamente aquilo que seria o mais próximo do ideal possível ou aquilo que restou depois de um enfrentamento de mais de 40 intervenções relativas a destaques nas emendas todas das contribuições deste Legislativo ao projeto inicial não foram suficientes para convencer a maioria. E, assim, então, foi rejeitada a proposta de aumento do IPTU para a cidade de Porto Alegre. Está rejeitado este debate num primeiro momento. O cidadão porto-alegrense não será onerado com o aumento de IPTU, pelo menos, até o ano que vem, obviamente que o debate vai seguir. Eu quero confessar aos senhores que fomos questionados, mas provavelmente nenhum Vereador teria recebido ligações ou manifestações de pessoas entendendo serem favoráveis ao projeto. Quero dizer que eu recebi uns três ou quatro pedidos de esclarecimento de pessoas que entendiam que o projeto tinha uma certa justiça. Mas efetivamente as dúvidas que surgiram não foram suficientes para me convencer, porque o número de pessoas contrárias foi muito maior. Inclusive nas redes sociais nós tivemos um grande apelo de apoio. Desde o momento que manifestamos a nossa posição de que votaríamos contra a aprovação do projeto, tivemos um número muito expressivo de pessoas que nos cumprimentaram pela posição. Realmente a maioria da compreensão da Cidade se manifestou contrária ao aumento do IPTU. Assim foi o nosso posicionamento. Salvamos, é verdade, algumas causas encaminhadas na forma de emendas, mas sempre pautando e pontuando com os autores das emendas e com os grupos organizados que, nas galerias, conversavam conosco a respeito de demandas específicas que envolviam clubes de futebol, que envolviam questões de idosos, casas lares, e que, ao final, nós seríamos contra o projeto. Acho oportuno trazer este entendimento porque foi uma oportunidade única de debate. Nestes 12 anos que estou na vida pública, em duas ocasiões apenas enfrentei...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

O SR. MÁRCIO BINS ELY: ...debates que se alongaram até a madrugada. Um foi o do Plano Diretor, em 2010, quando tive a honra de ser Secretário, quando fomos até a madrugada, até às 02 horas da manhã, e ontem também. Quero agradecer a nossa assessoria e a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para o debate. Também cumprimento a Casa pela decisão. Prevaleceu a vontade do cidadão, foi uma

vitória da cidadania, acredito que foi acertada a posição de rejeitar o aumento do IPTU. Ficam então as nossas considerações iniciais para essa sessão da tarde de hoje. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Mônica Leal.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, hoje é o momento de fazer uma reflexão, não de acusar. É o momento de fazermos uma reflexão sobre esta votação histórica da Câmara: 25 votos contra o aumento do IPTU, 10 a favor e 1 abstenção.

Quanto ao meu lado, nunca votei aumento de impostos, seja ICMS, como Deputado, seja aqui, em 2001, quando o PT quis fazer o progressivo, mais ou menos idêntico a esse, e nós não deixamos. Automaticamente, tento manter a coerência na política, o que é muito difícil. A questão da política hoje, através do conchavo, do conluio, faz a política feia, e nós não gostamos disso. Quem gosta de política faz política com convicção, por ideal. Eu falo com a maior tranquilidade, porque eu poderia estar rico com o futebol. Estou há 17 anos na política porque optei pela política, pela convicção, pelas ideias. Às vezes, me chamam de radical, mas, se é para ser radical desta forma, eu gostaria de permanecer radical contra esses absurdos que tentam atingir a sociedade.

A Casa saiu, Ver. Oliboni, valorizada. A Casa ganhou. Não fomos nós que ganhamos particularmente. A Casa ganhou, como instituição legítima e independente, que respeita, sim, os Poderes, mas tem a sua legitimidade, as suas prerrogativas, e as usou com a maior legitimidade possível. Portanto, isso é importante falar. Não estamos aqui querendo execrar quem votou desta forma ou de outra. Isso a sociedade tem que saber, vai saber, vai se posicionar. Nós, não. Nós temos que valorizar o Parlamento, este momento histórico em que debatemos por mais de 15 horas, colega Ricardo. Saímos daqui quase às duas da madrugada, cansados, mas não deixamos de debater.

Por outro lado, faltou, por parte do Governo, este debate, ser claro com a sociedade, dizer o que é que quer. Não é a Fazenda que tem que vir aqui dizer, taxa. Porque a Fazenda lá no Estado é a mesma coisa, é arrecadatória, ela pensa no lado dela. Se ela estiver arrecadando para o Governo, parece que ela está bem para o Governo, mas está mal para a sociedade, porque não é só arrecadar. Então, agora, o Marchezan, que a rádio Guaíba usa aqui como Júnior, coloca: Marchezan indica que rerepresentará projeto do IPTU. Bom, se não conversar com a Casa, não mudar os seus conceitos sobre o IPTU, se a Fazenda for mais humilde também, mudar seus conceitos, até porque eu tenho uma ideia diferente, fui Secretário de Obras, e tinha a SPM, a Secretaria do Planejamento Municipal é que fazia, Ver. Ricardo, o que faz hoje a SMURB, a Edificapoa, com mais estrutura, quero salientar, com mais estrutura. Então o Habite-se é lá! Planta é lá! Todo o trabalho de viabilidade urbanística, tudo é lá. Não é a Fazenda

que tem que estar dizendo o que tem na Cidade. Na Cidade, realmente, tem que ser feita uma revisão, mas de outra forma: saber quem está ilegal, quais as casas, residências, seja comercial ou residencial, que não estão cadastradas na Prefeitura. Eu tenho certeza de que, se fizer um levantamento, são milhares. Porque sempre que se muda, que se faz um puxadinho na casa, esta casa fica sem Habite-se. E a pessoa não é dona mais, se for vender, não consegue vender. Se sair um inventário, Ver. Robaina, não tem o Habite-se. Então isso a Prefeitura podia possibilitar, abrir um prazo de seis meses, um ano para o pessoal se cadastrar, pagar o que realmente tem que pagar, legalizar a sua casa. É isso que a Prefeitura tem que fazer e não entregar para a Fazenda. A Fazenda veio aqui, levou 30 paus no bolso de aumento e depois disse que ia recuperar a Prefeitura, recuperar em cima do cidadão, taxando o cidadão! Então vamos nós trabalhar na Fazenda que fica fácil. E outro detalhe, nós somos políticos, nós representamos o povo, esta é uma Casa política, Ver. Oliboni. Aqui tem que decidir política e tecnicamente também, por isso nós sabemos um pouco de tudo e temos que saber. Automaticamente quero dizer que a Casa saiu...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CASSIÁ CARPES: ...vencedora, não porque venceu o Prefeito. Não é isso que nós queremos. Se o Prefeito atuar de outra forma, for mais humilde, mais transparente, até porque temos que deixar claro aqui que ele não disse na campanha, e nós estávamos juntos, que ia aumentar impostos. Isso tem que ficar claro para a sociedade. Ele não disse que ia fazer isso, ele disse que ia fazer uma Prefeitura transparente, mas não foi transparente, por isso que esta Casa não votou. E a população se manifestou contra ele. Neste aspecto quero dizer que tudo pode. Nós queremos ajudar a Prefeitura. Se o Prefeito vai bem, a Câmara vai bem, o cidadão vai bem, aí o Prefeito acha que ele sozinho vai resolver os problemas da Cidade. Não vai, porque o cidadão precisa de mais, ele precisa da Câmara, da Prefeitura, e os órgãos da Prefeitura não estão atuando, Adeli, estão muito aquém da nossa época.

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio, colegas Vereadores e Vereadoras, público que está acompanhando nossa Sessão no dia de hoje. Nobre colega de Bancada, Ver. Adeli, demais colegas Vereadores, é claro que não tem como não reproduzirmos os sentimentos do debate de ontem, até

porque estávamos envolvendo, se assim aprovado, toda a população de Porto Alegre na medida em que grande parte dela poderia ser onerada ou não no projeto apresentado pelo Executivo com relação ao IPTU de nossa Cidade. Creio que numa conjuntura como esta, pós golpe, como também uma dificuldade tremenda em relação às políticas no Governo do Estado, e mais precisamente aqui no Município de Porto Alegre, é um momento muito difícil de qualquer projeto que aumenta imposto vá conseguir ter a simpatia seja da população ou desta Casa. Ver. Robaina, creio que quem perdeu mais neste processo foi o próprio Prefeito, na medida em que ele vem desde o início da gestão, de uma certa forma, menosprezando a Câmara de Vereadores através dos vídeos que têm postado, Ver. Cassiá, e isso não só cria uma certa desconfiança, porque não é só a Câmara que tem o direito de fiscalizar ou até contribuir em momentos importantes para a gestão do Município, mas a Câmara, como o Cassiá falou, ela é autônoma e tem que ser respeitada. São 36 Vereadores que têm opinião própria ou opinião de Bancada e que aqui reproduzem a realidade do seu pensamento, nobre colega Ver. Adeli Sell, e por isso, no dia de ontem, pela madrugada de hoje, deu para perceber claramente que as posições se direcionavam à atual gestão, aliás, eu diria, péssima gestão, porque todos os projetos, ora encaminhados a esta Casa, retiram direitos, ou acabam precarizando os serviços importantes da nossa Cidade. Se nós olharmos, pelo ponto de vista da democracia participativa, até então, o Orçamento Participativo não está funcionando, está paralisado. São mais de duas mil obras que não dizem quando vão realizar, obras já aprovadas no OP. Nobre Colega, grande amigo Tuca, que acaba dar entrada neste plenário, seja bem vindo, como também nos pacotes, como os pacotes, como retirada de direito do funcionalismo, como, por exemplo, o fim das isenções do transporte coletivo e com a falta de investimento nas áreas da Saúde e da Educação. Sinalizou bem na área da Saúde, no início, mas depois mostrou claramente que algum projeto, ora defendido pelo Secretário, ele não só fecha unidades de saúde para poder operacionalizar e terminar as clínicas, que hoje ele defende, mas ele acaba criando um problema enorme para a população, na medida em que ele tira, lá da comunidade, um posto de saúde e faz com que o cidadão de uma certa idade, que hoje já não vai ter mais a gratuidade do transporte coletivo, tenha dificuldade de ir ao posto de saúde para consulta, para retirar seu medicamento e assim por diante. O Prefeito Marchezan, creio que tem que reavaliar seu governo. Porque na medida um percentual significativo da população reprova as suas atitudes, ele tem dificuldade sim de imprimir o seu estilo na medida em que ele só quer retirar direitos do funcionalismo ou onerar a população. É preciso ter um pouquinho mais de audácia e buscar o apoio do Governo Federal, no Governo Estadual para poder, então, imprimir a sua política de gestão. Ontem foi uma resposta muito clara aqui nesta Casa, na medida em que nós da Bancada do PT defendíamos e sempre defendemos o aumento progressivo, não é de hoje, paga mais quem tem mais; paga menos quem tem menos, isso é uma coisa óbvia, e isso sempre vamos defender. Foi na nossa gestão assim, não conseguimos aprovar, será em outras gestões, quando tivermos oportunidade não só de defender, mas também de apresentar emendas.

Embora não tenha havido sensibilidade, e devolvemos isso, enquanto bancada, ao Prefeito, à medida que ele não valoriza a Câmara como deveria e não

prestigia aquilo que é mais sagrado: o direito à democracia, porque, se percebe que a Câmara, para ele, não colaborou, ele agride a Câmara com vídeos institucionais que posta. Ontem, todos nós recebemos aqui, e alguns Vereadores colocaram alguns vídeos, para mim aquilo não deixou de ser uma discriminação ideológica com relação a alguns partidos, principalmente ao PT. Acho que temos que ter respeito, porque todos aqui, independente de qualquer coisa, temos posição política, temos lado, por isso nós, do PT, embora no lado da oposição, estávamos ontem tentando contribuir para o imposto progressivo. Infelizmente fomos derrotados, mas não é por isso que nós não vamos continuar debatendo e tentando contribuir com a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde Vereadores e Vereadoras, Presidente Cassio Trogildo, público da TVCâmara, o debate de ontem e da madrugada de hoje revelou que o Governo Marchezan não tem conseguido dialogar sequer com a Câmara de Vereadores, que, no primeiro semestre, o apoiou de modo bastante sistemático. Nós, da oposição, especificamente nós do PSOL, temos um convencimento de que, sim, é necessário ter uma reforma tributária, de que é preciso ter uma alíquota progressiva em relação ao imposto, especificamente ao IPTU, mas nós não aceitamos uma metodologia autoritária que quer impor à sociedade medidas, em última instância, sobretudo numa situação de crise, difíceis. Nós não aceitamos, por exemplo, que a classe trabalhadora, sejam os setores mais pobres ou a classe média, que os pobres da nossa Cidade sejam onerados além do que já são. Nós sabemos que a classe trabalhadora, de modo geral, é quem mais paga imposto. Não é possível que, via aumento do IPTU, novamente, a classe trabalhadora venha a pagar uma conta de uma crise fiscal que não foi a classe trabalhadora que promoveu.

O Governo Marchezan se comprometeu a não aumentar imposto; nove meses depois, veio com uma proposta de aumento de imposto sem discutir com a sociedade. Evidentemente, o PSOL não poderia avaliar essa proposta; mas isso não quer dizer que nós não estejamos dispostos, Ver. Cassiá, a discutir uma política tributária, a discutir mudanças – parte dessas mudanças seria a atualização do valor venal dos imóveis. Nós acreditamos que a atualização do valor venal dos imóveis só pode se dar com imposto progressivo, mas qualquer tipo de mudança tem que ser exaustivamente discutida com a sociedade.

É preciso também aproveitar esses momentos para fazer uma discussão sobre quem deve, realmente, pagar a conta da crise. Nós, na Câmara de Vereadores, temos um monte de divergências. Tem toda uma parcela de Vereadores que sustenta, por exemplo, que o imposto deve recair igualmente, a mesma alíquota, sobre todos os setores sociais. Não é a nossa opinião. A nossa opinião é que a alíquota sobre os ricos

deve ser bem maior do que a tributação dos pobres, da classe trabalhadora, da classe média, da ampla maioria, portanto, do nosso povo, que já é bastante penalizada. Nós precisamos também ter consciência de que, se a população não controlar o debate público, se não participar ativamente, não será possível fazer mudanças. Não adianta! E essa foi a nossa crítica, Ver. Oliboni, à posição do PT. A posição do PT apostava num certo apoio à proposta do Prefeito Marchezan, a partir de emendas que a Bancada do PT estava formulando, apostando na possibilidade de que, no âmbito do Governo Marchezan, se poderia realmente ter uma mudança progressista na política da Cidade. Eu acho que isso é inviável. O Governo Marchezan é um governo de conflito, um governo de choque contra os servidores, contra o povo. É evidente que, com um Governo que tem como linha o choque contra o povo, nós não vamos ter nenhuma chance de o povo participar e construir uma política que seja de colaboração com o Governo, não faz nenhum sentido. Por isso, nós insistimos na necessidade de se enfrentar a política do Governo a partir da construção de uma ampla aliança na Câmara dos Vereadores derrotando as tentativas de ataque aos interesses do povo e, a partir daí, construir...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: ...a partir daí, construir uma oposição alternativa. Nós apostamos numa frente aqui na Câmara dos Vereadores que impeça, por exemplo, a privatização do DMAE. Uma frente que impeça a privatização da Carris. Uma frente que impeça o progresso de projetos que estão aqui nesta Casa que penaliza os servidores públicos. A partir de uma frente defensiva que garanta a manutenção de direitos, é possível começar a construir uma alternativa para a cidade de Porto Alegre. Infelizmente, o Prefeito Marchezan tem demonstrado que não tem condições de construir sequer uma alternativa democrática para a Cidade. Esse é um dos problemas que temos, razão pela qual nós acreditamos que foi, sim, importante impedir que o Governo passasse a sua política na madrugada de ontem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, quintas-feiras sempre é um bom dia para debates, para marcar posições, mas que não seja apenas marcação por si só, mas que sirva para criar elementos de tocar esta Cidade para frente.

Sinceramente, eu não festejei nada ontem. Há quem batesse palmas, quem festejasse a votação de 25 votos contra o projeto do IPTU, dez a favor e uma abstenção.

Eu fiquei triste, porque poderia ter sido um grande projeto. A base, o alicerce do projeto que veio da Prefeitura tinha embutido um elemento crucial: o IPTU progressivo, já defendido por nós do PT na década de 90. O Prefeito Olívio apresentou o projeto, foi aprovado, a Justiça barrou. O Tarso voltou com ele à tona em 2001, a Câmara não aprovou. Agora, um Prefeito com ideologia adversa à nossa, apresenta com uma base muito parecida, semelhante. Podíamos ter aprovado um grande projeto, mas com o passar das votações das emendas apresentadas, o projeto virou um Frankenstein, virou pó. Mesmo que tivesse aprovada uma de nossas emendas, não teríamos como, no final, votar porque desfigurava completamente o projeto, e poderia colocar em risco a arrecadação deste ano. Nós precisamos olhar a Cidade e fugir do senso comum. O sendo comum dizia que a terra era quadrada. Estavam redondamente enganados: a terra é redonda. O senso comum: vão aumentar imposto, enfiar a mão no meu bolso. Estava evidenciado que 60% pagaria menos ou pagaria igual. Havia problemas nas zonas fiscais? Sim, tinha problemas, tanto que discutíamos aqui o Centro Histórico alargado. Eu discuti há pouco com o Ver. Ricardo Gomes, e vou adiante do que eu disse para o Vereador: se precisaríamos ter mais tempo? Sim, mas temos que botar na cabeça do Prefeito, do seu secretariado, do seu staff, que no dia, 1º ou 02 de janeiro, ele apresente uma proposta mais aberta, para que aprovemos uma comissão especial para se debruçar sobre o novo projeto, para que, em 2020, possamos ter uma planta de valores real, com cálculos bem feitos, bem trabalhados, que até lá a Secretaria da Fazenda veja um outro sistema, porque este sistema que foi comprado... Infelizmente botamos dinheiro fora, pelo ralo. Aí é preciso fazer uma análise da gestão pregressa. Quem comprou, comprou mal, tem que responder por isso. Incompetência, tem que ser respondida. E o gestor público tem que ter capacidade, não pode ser qualquer gestor. Temos que discutir essas questões. Eu quero propor, inclusive, que esta Câmara faça alguns outros debates. Temos a Escola do Legislativo aqui na Câmara, que não é para fazer uma discussão sobre saúde da família, pode até fazer. A Escola está aqui para discutir os grandes temas da Cidade, para fazer com que os nossos funcionários tenham capacitação para nos ajudar mais e melhor. São bons funcionários. Temos que sair da caixinha, do lugar comum, da zona de conforto. Não é problema ter divergências entre nós. Eu não gosto do meu perfil, do meu jeito, eu não gosto de xingação. Por isso que eu disse, eu separei o Prefeito, o seu comportamento da proposição. Vou dizer: não gostei dos vídeos. Não gosto disso, repudio isso, não avança, nos causa tumulto, nos dá mal-estar. O Prefeito pode errar, mas ele foi eleito Prefeito, dá para mudar em 2020. Agora temos que pensar na Cidade, por uma grande frente em defesa de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste na TV Câmara. Superada essa segunda e quarta-

feira de debates a respeito do projeto que previa sim o aumento da cobrança do IPTU em Porto Alegre, não só o Poder Legislativo, mas também o Poder Executivo devem olhar para frente. E fica uma lição para o Poder Executivo, primeiro, de que não há vencedores, nem vencidos. E o Presidente Cassio, no último pronunciamento que fez ontem durante a Sessão Plenária se utilizou dessa expressão. A Cidade perde de um lado, porque é necessária a correção de distorções, a revisão da planta de valores do IPTU, mas ganha, por outro lado, a população, na medida em que essa correção não foi aprovada como a máscara para um aumento de imposto e aumento da carga tributária, fazendo com que pese no bolso do cidadão a conta da crise. Cabe à Prefeitura agora se valer dos meios de gestão que têm para cortar ainda mais despesas, ou otimizar aquilo que esta Casa, inclusive, autorizou a fazer, com projetos anteriormente aprovados, e fazer com que esse corte de despesas sirva para equilibrar as suas finanças, retomar os investimentos nas áreas essenciais, e permita que a população de Porto Alegre possa usufruir, num médio prazo, de serviços mais qualificados que estão devendo em muitas áreas.

Eu quero aqui aproveitar esse período de comunicações para fazer a divulgação de um evento que vamos promover na próxima segunda-feira, dia 02 de outubro, pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, COSMAM, a partir de uma parceria do Poder Legislativo com a zona de inovação sustentável de Porto Alegre e com a embaixada da Suécia, vamos receber aqui no terceiro andar desta Casa, sala 301, o sueco Matthias Goldmann que é CEO do Fórum para Reformas, Empreendedorismo e Sustentabilidade da Suécia. Ele é um dos principais ativistas mundiais na defesa de energias limpas. E, nesse momento, nos meses que antecedem a discussão da revisão do Plano Diretor que será feita pela Câmara é importante nós buscarmos bons exemplos urbanísticos, ambientais; de inovação tecnológica, de inovação sustentável para que possamos, quem sabe, a partir da absorção desse conhecimento, traduzi-lo nesse debate importante que é a revisão do Plano Diretor em Porto Alegre. Então, convido a todos os colegas Vereadores para que participem na próxima segunda-feira, a partir das 19h; convido a população de Porto Alegre; convido a todos aqueles que estão engajados na construção de uma Cidade limpa, sustentável e que promova qualidade de vida para as pessoas, para ouvir Matthias Goldmann, que é, sem dúvida nenhuma uma autoridade que pode contribuir como outras atividades já feitas nesta Casa, com experiências daquilo que falta em Porto Alegre. Nós temos hoje, não só na legislação do Plano Diretor, mas também – pouco considerado no dia a dia dos nossos cidadãos e da Cidade – um processo de afirmação de uma zona de inovação sustentável. Muitas empresas, *Startups*, empreendimentos estão instalados num eixo em boa parte degradado do 4º Distrito, do bairro Floresta, do bairro Independência e agora se estendendo também para o Bom Fim estão procurando afirmar negócios sustentáveis em Porto Alegre e pouco têm pedido para o Poder Público para o desenvolvimento das suas atividades. Então, a inovação sustentável é uma realidade que pede passagem na nossa Cidade e os exemplos internacionais que trazemos ao conhecimento coletivo são muito bem vindos, para que as experiências bem sucedidas possam também ocorrer na modernização da nossa Cidade. Porto Alegre e o Rio Grande do Sul têm os seus pioneirismos na defesa

dos recursos naturais, do meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas é preciso também que essa defesa dos recursos naturais, a defesa ecológica e a preservação ambiental possa ser conciliada com a promoção do desenvolvimento sustentável, econômico e social. E por isso nós faremos, não só essa discussão com o Matthias Goldmann na segunda-feira, como também estamos conduzindo o nosso mandato e a direção da COSMAM nessa perspectiva. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Encerrado o período de Comunicações.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2172/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 038/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. III do *caput* do art. 4º, o art. 7º e o *caput* do art. 9º, inclui incs. VIII e IX no *caput* do art. 4º e §§ 1º e 2º no art. 9º, renomeia o parágrafo único do art. 9º para § 3º e revoga os incs. I a VII do *caput* do art. 9º, todos da Lei Complementar nº 740, de 16 de maio de 2014 – que institui o Estatuto do Pedestre, cria o Conselho Municipal dos Direitos e dos Deveres do Pedestre (Consepe), revoga a Lei nº 10.199, de 11 de junho de 2007, e dá outras providências –, e alterações posteriores, ampliando o rol de direitos assegurados aos pedestres e dispondo sobre a composição do Consepe.

PROC. Nº 1703/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que obriga as instituições financeiras e os serviços notariais e de registros a disponibilizar contratos, boletos e documentos públicos em português e em braile para as pessoas com deficiência visual.

PROC. Nº 2169/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 241/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui arts. 1º-A, 1º-B e 1º-C na Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008 – que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre princípio e instrumentos desse Programa, bem como sobre a instituição de medidas indutoras e linhas de financiamento para atender seus objetivos.

PROC. Nº 2381/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 261/17, de autoria

do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Thomaz José de Azevedo o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 3088 – Loteamento Vila Juliano Moreira –, localizado no Bairro Jardim Botânico.

PROC. Nº 2487/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 273/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui as efemérides Dia da Quiropraxia e Semana da Quiropraxia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 18 de setembro e na segunda quinzena do mês de setembro, respectivamente.

PROC. Nº 1885/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 217/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que cria o Selo Responsabilidade Social e Sustentável. **Com Emenda nº 01.**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1818/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 031/17, de autoria do Ver. Roberto Robaina e outros, que inclui art. 153-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, garantindo a concessão das licenças-maternidade, paternidade e para fins de adoção e de benefício assistencial a servidores e servidoras homossexuais.

PROC. Nº 1739/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 201/17, de autoria do Ver. José Freitas, que obriga a divulgação de lista informando a relação de pacientes que aguardam pela realização de consultas com especialistas, exames ou cirurgias em estabelecimentos da rede pública de saúde do Município de Porto Alegre ou com este conveniados. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 2048/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 225/17, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que obriga os supermercados, os hipermercados e os estabelecimentos similares a fornecerem, gratuitamente, ao consumidor que constatar a exposição de produto com prazo de validade vencido 1 (um) produto dentro do prazo de validade.

PROC. Nº 2539/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 023/17, que dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Porto Alegre com Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA).

PROC. Nº 2249/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 046/17, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Educandário – Centro de

Reabilitação São João Batista.

PROC. 0800/17 - SUBSTITUTIVO Nº 01, que obriga os hipermercados, os supermercados, os atacados e os estabelecimentos similares a higienizar os carrinhos e os cestos de compras disponibilizados aos clientes e proíbe o transporte de crianças nos carrinhos de compras não equipados com assento específico, ao **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 076/17**, ambos de autoria do Ver. José Freitas.

PROC. Nº 1853/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 213/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe o sacrifício de animais que não se destinem à alimentação sem a utilização de método de sensibilização. **Com Emenda nº 01.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Antes de encerrar, quero dizer que, na Sessão de ontem, fiz o último pronunciamento à 1h30min da manhã. Fiz um elogio à Casa, aos Vereadores, mas acabei deixando de registrar um agradecimento aos nossos servidores, que foi quem nos deu as condições para que nós trabalhássemos até à 1h30min da manhã; desde a Diretoria Legislativa, as taquígrafas, o nosso setor de segurança e todos os demais servidores da Casa que nos deram condições para fazermos, ontem, quase 16 horas de sessões extraordinárias e cumprimos o nosso papel.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h45min.)

* * * * *